

PUBLICIDADE

País

12/06 às 14h44 - Atualizada em 12/06 às 14h48

Cármem Lúcia autoriza corte de ponto de auditores fiscais grevistas

Jornal do Brasil
+A-Imprimir

PUBLICIDADE

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármem Lúcia, concedeu uma liminar (decisão provisória) para permitir o corte de ponto de auditores fiscais da Receita Federal em greve. Ela atendeu pedido da Advocacia-Geral da União (AGU).

A ministra considerou haver risco à ordem pública caso não houvesse desconto pelos dias trabalhados. Ela destacou que o plenário do STF já decidiu sobre o assunto e autorizou o corte do ponto de grevistas por parte da União.

Decisão

A decisão de Cármem Lúcia reverte determinação anterior do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que havia suspenso o corte de ponto por 90 dias, a pedido do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco).

Na última segunda-feira (11), os auditores fiscais da Delegacia da Receita Federal e da Alfândega do Porto de Santos aprovaram greve até o dia 30 de junho. Segundo o sindicato local, o governo não cumpriu promessas feitas em 2016 de recomposição salarial.

Segundo a AGU, o impacto financeiro da greve é de R\$ 10,1 milhões por dia, incluindo perdas de arrecadação devido ao não trabalh



POLÍTICA

GRUPO MANTENIMENTO

STF autoriza desconto do ponto de servidores em greve na Receita Federal



Por Matheus Leitão

12/06/2018 11h50 - Atualizado 12/06/2018 12h01

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, autorizou, em caráter liminar (decisão provisória), o desconto dos dias parados de **servidores em greve na Receita Federal**. A autorização foi dada a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU).

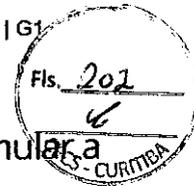
Nesta segunda-feira (11) auditores fiscais da Delegacia da Receita Federal e da Alfândega do Porto de Santos, no litoral de São Paulo, votaram pela prorrogação da greve até o dia 30 de junho. A categoria aguarda o cumprimento de **acordo feito com o governo federal**.

A determinação da ministra Cármen Lúcia suspende decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que havia vetado o corte do ponto dos grevistas, pelo prazo de 90 dias, a pedido do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita.

Cármen Lúcia desataca que a decisão do STJ pode causar "lesão à ordem pública, pois autorizam greve pelos Auditores Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil sem que os dias não trabalhados sejam descontados".

No pedido, a AGU argumenta que a suspensão do corte do ponto gera prejuízo diário para a União de cerca de R\$ 10 milhões, totalizando R\$ 914,75 milhões, considerando todo o período de 90 dias.

"Isso porque a União se vê forçada a custear a remuneração de servidores públicos sem que tenha a contraprestação do serviço fiscal de cunho arrecadatório", argumentou a AGU.



Além do prejuízo financeiro, a decisão do STJ, segundo a AGU, coloca em risco a continuidade do trabalho da Receita Federal, "tendo em vista que acaba por estimular a adesão ao movimento paredista cuja legalidade ainda se discute".

Para a AGU, não há justificativa para que a União não faça o corte do ponto dos grevistas. Caso contrário, "estaria agindo em dissonância com a jurisprudência desse Supremo Tribunal Federal".

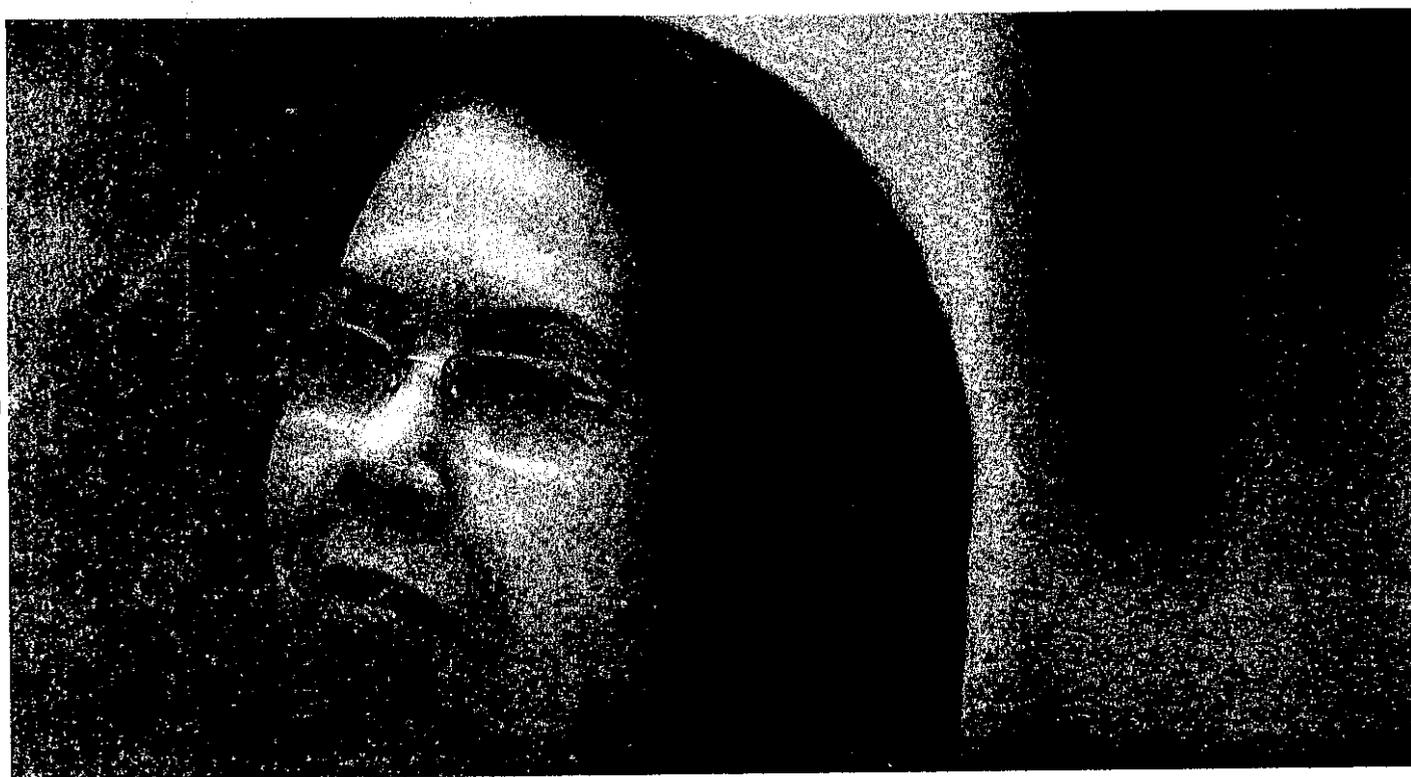
RECEITA FEDERAL

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

MAIS DO G1

Laurita Vaz deve assumir processos da Calicute após deixar presidência do STJ



EM BLOG DO MATHEUS LEITÃO

Ministro do STJ nega pedido de Lula para suspender prisão

Defesa quer que ex-presidente responda em liberdade no processo do triplex enquanto aguarda julgamento de recursos. Para ministro Felix Fischer, efeito suspensivo não é regra processual.

EM OPERAÇÃO LAVA JATO

Auditores fiscais prorrogam greve no Porto de Santos

Categoria está em greve desde novembro do ano passado; movimento pode durar mais

FERNANDA BALBINO

12/06/2018 - 13:53 - Atualizado em 12/06/2018 - 13:54



Greve faz com que tempo médio de liberação das cargas pule de 48 horas para 12 dias (Foto: Carlos Nogueira/AT)

Audidores fiscais da Receita Federal que atuam no Porto de Santos decidiram prorrogar a greve da categoria até o próximo dia 30. Com isso, não haverá conferência física de cargas e nem o desembarço das mercadorias até essa data. Para os usuários do cais santista, a decisão é sinônimo de mais atrasos e prejuízos, já que hoje, no complexo, são necessários cerca de 12 dias para a liberação de produtos importados que demandam inspeção. Normalmente, o tempo médio é de 48 horas.

Os auditores estão em greve desde novembro do ano passado. E usam o movimento para pressionar o Governo Federal a implantar o acordo salarial firmado com a categoria há mais de um ano. Entre os pedidos, está a implantação do bônus de eficiência dos servidores públicos.

De acordo com o presidente da delegacia de Santos do Sindicato dos Auditores Fiscais (Sindifisco), Renato Tavares, por dia, são retidos em torno de 5 mil contêineres no cais santista. Isso sem contar os quase 20 caixas metálicas que ainda estão retidas desde a greve dos caminhoneiros.

"Tudo isso gera um atraso no recolhimento de impostos na Alfândega. É retardado o recolhimento de cerca de R\$ 100 milhões por dia", destacou o presidente do Sindifisco em Santos.

Segundo Tavares, na prática, apenas produtos hospitalares e cargas vivas são liberadas pelos auditores. As outras mercadorias não são contadas e, conseqüentemente, ficam aguardando o desembarço nos pátios dos terminais.

O movimento ainda pode ser prorrogado mais uma vez. De acordo com o sindicalista, na semana do próximo dia 25, em assembleia, a categoria vai decidir se permanecerá de braços cruzados ou se o movimento será encerrado. Mas tudo depende de uma decisão nacional.

